

Entre conflito e cooperação: algumas reflexões sobre as comunidades tradicionais do Parque Nacional da Chapada Diamantina / Bahia – Brasil

Maria Medrado do Nascimento¹⁴

RESUMO

Este artigo visa apresentar algumas reflexões de pesquisa de doutorado sobre vinte e quatro comunidades tradicionais localizadas no interior do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Bahia, Brasil. Ameaçadas de serem realocadas de seus territórios, conforme orientação da legislação ambiental brasileira, a classificação como "tradicionais" se configura como uma ferramenta na luta pela permanência. Procurando uma reflexão mais apurada sobre esse tema, serão apresentados alguns dados sobre o diagnóstico socioambiental destas populações, identificando os elementos que as caracterizam como tradicionais, assim como as relações de conflito e de cooperação que se estabelecem entre o modo de vida dessas populações e as demandas nacionais e globais por proteção ambiental.

Palavras-Chave: comunidades tradicionais, parques nacionais, conflito e cooperação, Chapada Diamantina.

Introdução

O presente artigo visa apresentar alguns dados da pesquisa de doutorado realizada pela autora sobre as comunidades "tradicionais" localizadas no interior do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Serão apresentados alguns elementos das dinâmicas de vida dessas populações identificando aspectos de conflito e de cooperação entre as suas práticas de sobrevivência e os objetivos de preservação ambiental de um Parque Nacional, uma Unidade de Conservação de Proteção Integral que, segundo a legislação ambiental, não admite moradores em seu interior.

Com esse objetivo, serão confrontados às discussões teóricas sobre povos e comunidades tradicionais e áreas de preservação ambiental os dados coletados em campo, procurando compreender os elementos que caracterizam tais comunidades, assim como aqueles que os assemelham e os diferenciam de outras comunidades rurais e grupos étnicos tão presentes na realidade latino-americana.

É importante destacar que a classificação dessas comunidades como "tradicionais" é algo bem delicado, uma vez que as consequências da modernidade, ou mesmo a chegada da

¹⁴ Doutorado em Ciências Sociais pelo Universidade Federal da Bahia e mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília. Docente e ativista socioambiental na Chapada Diamantina, tendo atuado nos temas: conflitos socioambientais, movimentos sociais e sustentabilidade. E-mail: mariamedradon@gmail.com.

própria pós-modernidade, lança desafios profundos à própria construção identitária, impossibilitando, conforme afirma Bauman (2005), que as identidades coletivas possam ser compreendidas como algo pronto e acabado em uma realidade tão fluida. O desenvolvimento de uma pesquisa sobre pequenas comunidades rurais, seguindo esta perspectiva, encontra o desafio de questionar determinadas classificações que muitas vezes, de forma ilusória, define o próprio objeto. Este questionamento, o que segundo Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2005) pode ser compreendido como uma ruptura com a "ilusão do saber imediato", será o ponto de partida para a compreensão dos atores que se apresentam.

Elemento que merece destaque no processo de construção e desconstrução de conceitos é a conjuntura política que o tema está inserido. O debate sobre a definição destas populações ganha vigor com a criação do Decreto Federal 6.040 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) em fevereiro de 2007. No referido documento, procura-se garantir os direitos desses grupos e as possibilidades de seus desenvolvimentos sustentáveis em seus territórios, reafirmando a sua importância na formação da identidade nacional, conforme já havia sido contemplado na Constituição Federal de 1988 os indígenas e quilombolas. A classificação como tradicionais, portanto, se configura como um instrumento de luta por direitos, o que torna a reflexão sociológica sobre tal definição ainda mais complexa.

Pretende-se aqui aprofundar as discussões sobre o tema por meio da compreensão de como as próprias comunidades expressam suas identidades coletivas fundamentando suas histórias e dinâmicas de vida. A relação entre práticas de vida tradicionais e os objetivos de uma área de proteção ambiental, assim como as estratégias de negociação e os conflitos entre os diferentes atores serão elementos fundamentais no aprofundamento da reflexão sobre o dilema que este trabalho procura investigar. A questão que se encontra é a possibilidade ou não da existência de uma política conciliatória entre interesses sociais e ambientais no Parque Nacional na Chapada Diamantina.

Sobre o Parque Nacional da Chapada Diamantina

O Parque Nacional da Chapada Diamantina é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral criada em setembro de 1985 pelo Decreto Federal nº 91.655. Localiza-se no centro oeste do Estado da Bahia, compreendendo 152.000 hectares, sendo um importante destino turístico do Estado e contando com inúmeros atrativos de grande beleza cênica e rica

biodiversidade. Seis municípios integram a área do Parque: Lençóis, Palmeiras, Mucugê, Andaraí, Itaetê e Ibicoara, englobando três diferentes ecossistemas - caatinga, mata atlântica e cerrado - o que torna ainda mais importante a categorização do local como Parque Nacional (Plano de Manejo, 2007).

Na região aonde se situa o PNCD predominou um importante ciclo econômico - o garimpo - que marcou a cultura do lugar. Este ciclo foi caracterizado pelo domínio dos coronéis que disputavam entre si o poder político de seus territórios, comandando frotas de trabalhadores que se dedicavam à própria atividade de garimpo, ou às atividades agropecuárias que garantia a subsistência dos que integravam esse contexto. Inicialmente predominou o garimpo artesanal, conhecido também por garimpo de serra, aonde os garimpeiros praticam a atividade manualmente, removendo areia e cascalho por meio de peneiras. Posteriormente, chegou o garimpo mecanizado, escavando por meio de dragas o leito do rio. Mesmo com a inserção dessa nova forma mecanizada de desenvolver a atividade, o garimpo artesanal continuou a acontecer, sendo a figura do garimpeiro uma identidade cultural marcante na região (BANDEIRA, 2014).

É nessa época que os primeiros passos para a criação do Parque são dados. Um dos principais personagens na idealização e criação do PNCD foi um importante entrevistado da presente pesquisa. Nascido nos Estados Unidos em 1949 em uma pequena cidade próxima a Nova York, chegou ao Brasil em 1977 através de um programa de ajuda a países em desenvolvimento denominado *Corpo da Paz*. Como biólogo foi trabalhar no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal -IBDF (posteriormente transformado em IBAMA, que, após a fragmentação se torna o que atualmente é o ICMBio) em uma equipe multidisciplinar através de uma parceria entre o *Corpo da Paz* e o próprio Instituto, que necessitava de pessoas qualificadas para desenvolver atividades voltadas à preservação ambiental. Trabalhou no IBDF, sediado em Brasília, durante seis meses e não se adaptando àquela cidade, foi morar em Recife, aonde se dedicou ao ensino superior. Em 1978, ao passar as férias na Bahia, conheceu a região da Chapada Diamantina e resolveu a ficar no local, se instalando na cidade de Lençóis aonde vive até os dias atuais.

Segundo os seus depoimentos, quando chegou em 1978, a região era marcada por muita pobreza, uma vez que a decadência do ciclo do garimpo representou uma quebra da economia do lugar, não florescendo no momento nenhuma atividade que a substituísse até então. A proposta de criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina inicia-se em 1979, quando ele mesmo escreve uma carta para a presidência do IBDF informando sobre a relevância ambiental da região e a importância de ser delimitada como um Parque Nacional. Nos anos de 1981 e

1982 são realizadas algumas visitas de técnicos do IBDF sendo assim formulada uma proposta de delimitação do Parque que, após ajustes, em 1985 é oficializado por meio de um Decreto Federal. Ainda segundo o informante, a primeira versão de delimitação incluía no seu interior outras comunidades, ainda que a área fosse menor. Posteriormente, algumas dessas comunidades foram excluídas e outras passaram a ser afetadas, uma vez que a área sofre uma ampliação no seu sentido sul.

Se por um lado a criação do PNCD trouxe a ascensão de uma atividade econômica que até então ocupava uma posição sem tanta significância (o turismo), por outro, passou a ser um instrumento de repressão a práticas que tradicionalmente eram realizadas, tal como o garimpo, a agricultura e a pecuária. Isso gerou uma relação ambígua entre o Parque e os moradores de seu interior e entorno que ora podem ser vistos como parceiros, ora outra como opositores, marcando diferentes campos de interesses, estratégias de negociação e relações de poder em dado espaço socioambiental.

A relação de cooperação e conflito não é uma característica apenas do PNCD, como também está presente em outras regiões atingidas por Unidades de Conservação, conforme relatado em uma vasta literatura que vem sendo produzida sobre populações locais e áreas de proteção ambiental (IRVING, HORTA e MELO, 2007; CREADO, MENDES, FERREIRA e CAMPOS, 2008). Segundo a leitura que vem sendo realizada, duas posições ideológicas marcam essa ambiguidade: a perspectiva conservacionista, que considera que a presença humana impacta negativamente na preservação de espaços naturais e a perspectiva etnoconservacionista, que considera a importância das próprias populações nativas na construção das estratégias de preservação, uma vez que são elas as detentoras dos conhecimentos sobre a biodiversidade presente em seus territórios.

No caso dos Parques Nacionais e demais categorias de Unidades de Conservação de Proteção Integral, a proibição referente a permanência destas populações é fruto do modelo norte-americano herdado pelo Brasil que concebe a presença humana como degradadora do meio ambiente, fundamentado no que Diegues (2005) compreende como "mito da natureza intocada". Esse modelo se contrapõe ao modelo francês no qual a cooperação entre populações nativas e órgão gestor fundamenta a ideia de gestão compartilhada dos recursos naturais, possibilitando outra perspectiva para refletir o caso em questão (GUANAES, 2006).

Contudo, a implementação desse modelo encontra grandes dificuldades, uma vez que a concentração fundiária no país gera obstáculos para a formulação de políticas públicas, tanto sociais, quanto ambientais, e a desapropriação de terras com a finalidade tanto de redistribuição

quanto de preservação exige um certo empenho das entidades responsáveis que muitas vezes se tornam inoperantes para a realizá-las, com poucas possibilidades de serem executadas a curto prazo. No caso do PNCD, embora criado em 1985, ainda se encontra em uma fase não concluída em relação as desapropriações das áreas que integram os seus 152.000 hectares. Ainda que parte seja composta de áreas devolutas, encontra-se também áreas em fase de ajuizamento, áreas com processo administrativo em instrução e em fase final e áreas com ação judicial aberta pelos próprios proprietários que ainda não chegaram a um desfecho final.

Esta situação de morosidade em relação a regularização fundiária no decorrer de mais de trinta anos de sua existência, implica também em uma espécie de latência do conflito em relação a permanência das comunidades, uma vez que não há um prazo definido para as suas desapropriações, dando possibilidades de negociações e mesmo, de uma maior politização e articulação desses grupos na luta por seus territórios. Como já foi dito, é importante destacar a amplitude política que estes grupos tomaram a partir de 2007, por meio do Decreto Federal 6.040, que tornaram as suas reivindicações ainda mais ressoantes e as possibilidades de convergência entre práticas tradicionais e preservação ambiental como uma alternativa possível.

A resistência dessas comunidades levanta a questão sobre as possibilidades de conjugação de interesses e lógicas entre práticas tradicionais e preservação ambiental, encontrando obstáculos, assim como possibilidades de superação e de conflito. Esses elementos serão analisados durante a descrição das dinâmicas que guiam os atores em seus cotidianos e que fundamentam as suas histórias de vida.

Aspectos gerais das comunidades tradicionais localizadas no interior do Parque Nacional da Chapada Diamantina

Por meio de pesquisa de campo, foram identificados vinte e quatro comunidades localizadas no interior do PNCD. Como critério para defini-las, foram utilizadas as próprias nomenclaturas e vinculações de pertencimento dos próprios nativos. Para uma melhor caracterização, estes coletivos podem ser divididos de acordo com as suas localizações nas diferentes regiões do Parque: Região Leste: 1) Garapa, 2) Germano, 3) Macaco, 4) Angico, 5) Roncador, 6) Fazenda Velha, 7) Barrinha, 8) Janipapo, 9) Funis, 10) Pissarras, 11) Capivaras, 12) Baixio e 13) Cachorrinho. Região Norte: 14) Curupati, 15) Mandassaia, 16) Toalhas, 17)

Mucugezinho (ou Poném). Região Central: 18) Vale do Pati. Região Oeste: 19) Libanio, 20) São Pedro, 21) Costela, 22) Atolador, 23) Capão do Correio. Região Sul: 24) Baixão.

A organização social desses grupos é de baixa densidade demográfica e uma estrutura de vida comunitária marcada por relações face-à-face, o que, segundo Durkheim (1983), caracteriza laços de solidariedade mais simples. Ali, a importância da agricultura, pecuária, pesca e do garimpo fixam traços de uma cultura particular, que se expressa no modo como o grupo lida com o seu território. A forma de organização das comunidades, suas representações simbólicas, o modo e o tipo de produção que desenvolve permitem a construção de um calendário de trabalho convergente com as épocas de enchentes, de estiagem, tamanho e especificidade do território e com os instrumentos disponíveis que condicionam as relações sociais desenvolvidas no decorrer das atividades de produção (LEFF, 2007).

A população de cada comunidade varia desde apenas dois núcleos familiares que resistiram no território, até outras maiores com cerca de cinquenta famílias. No total, foram identificados 341 núcleos familiares em todas as comunidades, o que seguindo uma média de 3,6 habitantes por núcleo, conforme utilizada pelo IBGE em relação aos domicílios rurais no último censo, totalizaria uma população de aproximadamente 1.228 pessoas. É importante destacar também a sazonalidade destas populações que pode variar entre o dia na comunidade e a noite no povoado próximo; parte da semana em um local e outra parte na comunidade ou mesmo a presença na comunidade apenas em temporadas quando o trabalho no campo assim necessita, tais como nas épocas de roçagem, plantio e colheita.

Essas dinâmicas indicam também que a alternância dos atores na comunidade e fora dela coadunam com a pluriatividade, o que permite que as atividades de subsistência realizadas aconteceram de forma alternada com outras que possibilitem uma renda que supra as necessidades de consumo das famílias. Essas atividades podem ser prestação de serviços diversos em outras propriedades rurais como nas sedes dos municípios.

Este equilíbrio entre as atividades de subsistência e aquelas que geram uma renda complementar situa estes atores em um universo aonde a lógica capitalista do lucro não é predominante. As observações em campo indicaram que as relações sociais e políticas fundamentadas no interesse material e de acumulação, que marcam a sociedade capitalista pós-industrial, ainda que hegemônicas, não são exclusivas; elas se deparam com lutas e confrontos que constantemente questionam o sistema dominante e o seu *modus operandi*. As realidades investigadas seguem uma lógica distinta da sociedade urbana e pós-industrial, aproximando os fenômenos sócio-históricos da dinâmica ecossistêmica. Neste sentido, a lógica que direciona a

dinâmica das comunidades pesquisadas converge com a análise de Rogério Haesbaert (2002) sobre os territórios alternativos como crítica aos espaços hegemônicos, oferecendo novas possibilidades teóricas para analisar o espaço social. Por meio desta perspectiva pode-se compreender as particularidades dos territórios como formas de manifestação contra a homogeneidade esperada pela globalização capitalista que anula as identidades culturais, afirmando o poder do capital sobre qualquer outro sistema tradicional.

Se por um lado estas comunidades podem ser vistas como alternativas à sociedade de consumo, por outro, suas histórias estão relacionadas diretamente ao mercado internacional de pedras preciosas e a migração de escravos africanos do litoral para o interior do Brasil. Ao analisar os tipos sociais presentes na história da região, destaca-se os escravos e descendentes de escravos; os coronéis; os trabalhadores rurais (ou lavradores); os pescadores; os garimpeiros e os pequenos comerciantes (ou tropeiros). Destes tipos, alguns continuaram a existir enquanto outros sofreram mudanças, gerando outros personagens, conservando características do tipo que se originou. Este é o caso dos coronéis que continuam como grandes fazendeiros, enquanto que os escravos e seus descendentes foram incorporados ao grupo de trabalhadores rurais, pescadores, garimpeiros e tropeiros que marcam a presença no cenário contemporâneo. Destaca-se neste contexto a presença de remanescentes de escravos que formam pequenos aglomerados no interior do Parque, em especial na região leste que ali imprimiram a sua cultura, sendo significativas ainda hoje as suas manifestações culturais na dinâmica da comunidade, expressos nos festejos, crenças e hábitos da vida, confirmando a hipótese de que a atividade do garimpo esteve fortemente articulada com a mão de obra escrava.

Também por meio de pesquisa de campo, foi identificado que os grupos ali presentes expressam identidades coletivas marcadas por atividades que, por gerações, são reproduzidas nas esferas da vida individual e coletiva, como a agricultura, a pecuária, a pesca e o garimpo. Os gêneros produzidos, em sua quase totalidade, são os mesmos há várias gerações, como cana, café e mandioca, além dos produtos que compõe as suas dietas básicas, como aipim, batata, feijão (de vários tipos, tais como o andu e o mangalô), abóbora, milho e cana. Também foram identificados pomares com diversas frutíferas, como banana, caju, jaca, manga, laranja, limão, jaboticaba, dentre outras espécies, de acordo com o clima e o solo de cada comunidade. Essa diversidade de cultivos possibilita que as roças sigam um padrão diversificados, o que aproxima suas práticas dos princípios da agroecologia, se distinguindo dos monocultivos da agricultura convencional.

A agricultura de subsistência se associa à pequena comercialização dos produtos agrícolas produzidos de forma familiar, sendo comercializado o excedente, ainda que este não seja regular, uma vez que as questões climáticas, em especial a irregularidade dos períodos de chuva, e a falta de infraestrutura e assessoria técnica não permita uma potencialização da produção. O trabalho na roça é o que predomina na dinâmica de vida dos comunitários. O terreno que será dedicado ao plantio deve ser roçado e destocado nas áreas que necessitam de preparação. A vegetação retirada é amontoada em pequenos montes para serem queimados. Existe também a possibilidade dos montes não serem queimados, quando a matéria orgânica retirada durante a roçagem é pouca e não atrapalha o plantio das culturas. Os entrevistados argumentam que a queimada é praticada tradicionalmente e que em nenhum caso acarretou incêndios florestais. Afirmam que o fogo é controlado e colocado em épocas apropriadas e locais específicos, não acarretando danos ao meio ambiente.

Além das queimadas, foi identificado a realização de outras práticas que divergem dos preceitos de preservação ambiental. Estas práticas muitas vezes não são tradicionais, mas sim "modernas", indicando que os processos de modernização do campo também tem chegado em diferentes intensidades a essas comunidades. A utilização, ainda que em pequena escala, de maquinários tal como tratores, agrotóxicos e adubos químicos são elementos que vão se integrando ao modo de produção desses grupos sociais, ainda que as suas situações de maior isolamento e de reprodução de práticas de cultivo tradicionais os coloque em uma situação de menor acesso a estes instrumentos.

A pesca e a pecuária de subsistência também são atividades de grande importância em seus cotidianos, sendo uma fonte de alimentação. Os peixes mais pescados, em especial na região leste aonde a prática da pesca é mais frequente, são: molé, cascudo, piranha, tucunaré e apanhari. A pesca acontece por meio de técnicas artesanais, tais como o *munzuá*, uma espécie de armadilha que possibilita a captura de peixes que depois podem ser selecionados, sendo liberados aqueles menores e restando ao pescador aqueles de tamanho maiores; o *maio*, uma espécie de rede de pesca também feita artesanalmente, e do *anzol*, atirados em pontos das lagoas ou dos rios.

A criação de animais de pequeno porte, tais como porcos, galinhas, patos e coelhos, e, com menor frequência, de bovinos e caprinos, também servem a subsistência, disponibilizando para a venda apenas um pequeno excedente sem uma regularidade bem definida. É através desses animais que a comunidade supre parte das suas necessidades alimentares, sendo a carne

consumida de forma fresca ou conservada por meio da colocação de sal, possibilitando o consumo no decorrer da semana.

Cães, gatos e passarinhos, dentre outros animais domésticos, estão presentes nas casas dos comunitários, configurando-se como entidades integrantes das famílias. São alimentados com os restos da própria alimentação da família, convivendo no mesmo espaço da casa. Os animais para transporte de pessoas e cargas, como cavalos e mulas, também são de grande importância para a dinâmica comunitária, em especial naquelas localidades aonde não se tem acesso por outros tipos de meios de transporte.

Junto com as atividades agropecuárias de perfil familiar, o garimpo teve grande importância cultural e econômica. Após a criação do Parque e a proibição da atividade no seu interior - tanto o artesanal quanto o mecanizado - , continua a ser praticada em pequena escala, tendo um grande valor material e simbólico para os comunitários.

Ainda que a criação do Parque tenha implicado nas limitações das atividades tradicionalmente realizadas, trouxe a atividade turística que tem se apresentado como alternativa de geração de renda, ainda que aconteça de forma muito incipiente e desigual no interior e entorno do Parque. Esta nova atividade diferencia-se, portanto, das desempenhadas tradicionalmente, fazendo surgir outras possibilidades de prestação de serviços relacionadas à condução de visitantes, hospedagem e alimentação, gerando também uma desigualdade entre as comunidades ou entre os membros de uma mesma comunidade, uma vez que é desempenhada por poucos e em áreas específicas. Portanto, os benefícios do turismo não chega a parte significativa dos comunitários que ali habitam, não se apresentando ainda como uma atividade que substitua às suas práticas tradicionais de vida.

Destaca-se, ainda que de forma discreta, a inserção de outros tipos sociais a esse contexto: os migrantes urbanos e os veranistas que compraram posses ou propriedades de terra antes ou após a criação do Parque, permanecendo ou frequentando periodicamente as comunidades. Esses atores estão inseridos nessas localidades, ainda que a própria comunidade os reconheça como "os de fora".

Refletindo sobre a definição de povos e comunidades tradicionais no Brasil e o enfoque internacional

Sobre a caracterização de comunidades campesinas, Chayanov (1924) procura elaborar uma teoria sobre tipos de vida não capitalista, identificando a unidade econômica familiar não

assalariada como relativamente independente da lógica macro-econômica. Dentre os elementos que caracteriza o trabalho familiar, o autor ressalta a inexistência de salários, o que gera também a inexistência do lucro ou da intenção em obtê-lo, configurando um tipo de economia natural aonde o grau de auto-exploração é determinado por um equilíbrio específico entre a satisfação da procura familiar e a fadiga devido ao trabalho. O trabalho familiar, portanto, é uma característica que distingue da lógica de exploração capitalista, sendo fundamental na caracterização do modo de vida camponês.

Trazendo essa discussão para a realidade brasileira, é fundamental o clássico texto de Antônio Candido (1982), *Os Parceiros do Rio Bonito*. Nessa obra o autor realiza uma caracterização do que denomina de cultura rústica a partir do estudo do caipira paulista e das transformações que estavam acontecendo em seus modos de vida entre as décadas de 1940 e 1950. Para o autor, a vida caipira tradicional se caracteriza, dentre outros elementos, pela rusticidade e pela economia fechada. Portanto, o termo rústico se refere ao universo das culturas tradicionais do homem do campo que, no caso do caipira, se origina da miscigenação das culturas portuguesa e indígena, sobrevivendo por meio do equilíbrio entre o mínimo alimentar e o mínimo social necessário para sustentar a sobrevivência do grupo.

Em relação a posse ou propriedade, o autor destaca que a precariedade dos seus direitos à ocupação da terra conduz a uma condição de migrantes, havendo pouca estabilidade nos territórios ocupados. Por meio dos argumentos apresentados pelo autor, o modo de vida caipira se caracteriza também pela sua tendência para a mobilidade, o que, além da precariedade dos títulos de posse, é influenciada pela tradição semi-nômade e pelas práticas de agricultura itinerante desenvolvida pelos bandeirantes que, miscigenando-se com os índios, construíram alternativas de sobrevivência por meio do cultivo de gêneros alimentícios que possibilitassem as suas permanências, ainda que temporárias, agregando a forma de produção indígena, influências da culinária portuguesa. No caso do Parque Nacional da Chapada Diamantina, em especial na região leste, a miscigenação de culturas incorpora também a cultura afro-brasileira que se introduz na região através da mão de obra escrava, reafirmando o caráter híbrido das identidades das comunidades em questão.

Prevalecendo a economia de subsistência com base nos conhecimentos produzidos e transmitidos através das gerações, as comunidades tradicionais se caracterizam por exercerem as suas atividades de forma familiar, podendo cada núcleo viver de forma relativamente isolada, utilizando-se do apoio mútuo entre as famílias de uma mesma região para a realização de atividades que a família sozinha não consegue exercer (CANDIDO, 1982).

Retornando a Candido (1982), é importante destacar que o autor estuda dado grupo social em um período de grandes transformações, quando o processo de urbanização e de modernização da vida campesina implica em novos arranjos e estratégias de sobrevivência. A manutenção desses grupos se sustentam por meio das formas de equilíbrio ecológico e social, apegadas às formas mínimas de ajustamento impostos pela regime capitalista, refugando o enquadramento ao salário e ao patrão. Assim, o caipira se caracteriza por manter com o sistema capitalista uma relação ambígua, identificando a parceria como elemento que possibilita a prestação de serviços sem transformá-lo em um assalariado. A parceria aparece como fator de preservação cultural, sendo ao mesmo tempo um fator de preservação grupal que resiste ao impacto da mudança causada pela urbanização.

As características de uma cultura rústica, fundamentada na subsistência, também são elementos que Arruda (2005) identifica ao pesquisar outras comunidades rurais que tem seus territórios sobrepostos a áreas de preservação ambiental. O autor compreende o termo populações tradicionais relacionadas ao modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar e tecnologia de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais. Segundo o autor, culturas caipira, crioula, cabocla, gaucha apresentam-se como culturas rústicas, se espalhando à medida que constroem seus territórios para reproduzir seus modos de vida.

Sobre a defesa dos direitos territoriais de grupos étnicos no âmbito internacional, é importante destacar a convenção n. 169 sobre povos indígenas e tribais, adotada na 76a Conferência Internacional do trabalho em 1989, promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). A OIT, criada em 1919, tem dentre as suas prioridades garantir o direito das "populações indígenas" que constituem uma parte significativa da força de trabalho nos domínios coloniais se configurando como um primeiro instrumento internacional que trata dos direitos dos povos indígenas e tribais (Convenção n. 169, 2011).

A Convenção considera indígenas por "descenderem de povos da mesma região geográfica que viviam no país na época da conquista ou no período da colonização e de conservarem suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas"(2011:7). O documento dedica a atenção à relação desses povos com os seus territórios, em especial aos aspectos coletivos dessa relação, garantindo condições de trabalho decente e de justiça social. Chama a atenção para as contribuições que estas populações tem para a "diversidade cultural e a harmonia social e ecológica da humanidade e para a cooperação e entendimento

internacionais" (2011:13) Ao aderir a esta convenção em 2002, o Brasil ratifica o reconhecimento e o respeito a estas populações, devendo garantir direitos básicos a esses grupos.

A caracterização das populações as quais se refere a Convenção 169 converge com o perfil das comunidades tradicionais localizadas no interior do Parque, uma vez que as suas relações com o local, em parte dos casos, datam do período colonial e a miscigenação de raças, ainda que não os garanta uma identidade étnica particular, mas a uma identidade híbrida, os caracteriza como grupos diferenciados, pertencentes àqueles territórios. São, portanto, comunidades camponesas de cultura rústica, dedicando-se prioritariamente a subsistência, reproduzindo modos de vida particulares, de geração a geração.

As reflexões realizadas até aqui indicam que luta pela legitimidade dos atores por suas permanências se assenta na própria definição destes grupos, encontrando grandes desafios, uma vez que a própria definição de povos e comunidades tradicionais apresenta limitações em um contexto fluido aonde as identidades não estão estagnadas, mas em constante transformações (BAUMAN, 2005). A compreensão das suas dinâmicas de vida, as relações que estabelecem com os seus territórios, os conhecimentos locais sobre seus ecossistemas assim como as transformações de suas formas de vida e as suas reivindicações por acesso a políticas públicas geram questionamentos sobre as possibilidades e limites de um acordo entre o direito ambiental e os direitos específicos de povos e comunidades tradicionais.

Entre conflito e cooperação: por um modelo de proteção ambiental articulado com o respeito a diversidade cultural

Ao analisar as dinâmicas de vida das comunidades do interior do Parque Nacional, foram identificados elementos que as caracteriza por meio de uma cultura rústica na qual a lógica capitalista do lucro é sobreposta pela lógica da subsistência, fundamentada no trabalho familiar e artesanal. As suas práticas de vida estão articuladas com a dinâmica ecossistêmica, o que faz com que as esferas homem e natureza não sejam percebidas como contrapostas, mas que dependem de uma cooperação mútua.

A permanência desses grupos nesses territórios há gerações possibilita que a interação entre o grupo e o meio natural aconteça fundamentada nos saberes que são produzidos em seus cotidianos, articulados com suas crenças e manifestações culturais. A questão que se constitui é como compreender a importância destes conhecimentos nas próprias estratégias de

conservação dos ecossistemas ali presentes e até que ponto as suas permanências nestes locais podem gerar uma ameaça ou uma contribuição para às estratégias de conservação ambiental.

O debate se insere em um contexto aonde o conhecimento científico encontra limitações na construção de respostas objetivas que solucione a crise ambiental que a humanidade enfrenta. Na atualidade tem havido um fortalecimento da perspectiva que destaca a importância da articulação de saberes na construção das estratégias de preservação ambiental. Sobre o tema, Edgar Morin (2004) enfatiza a importância da construção de um pensamento de preservação e sustentabilidade, defendendo a ideia de integração de elementos da civilização moderna sem que desintegre as identidades locais. Conforme o autor, a crise da civilização ocidental ajuda a entender a importância do intercâmbio de valores com outras civilizações, fundamentadas na relação do dar e do receber concomitantemente. Indica também a necessidade de uma reforma do próprio conhecimento que, opondo saberes locais e saberes globais, sustenta a dominação da ciência em relação às diversas formas simbólicas que orientam a ação e o pensamento das comunidades tradicionais.

Também são relevantes as contribuições de Leff (2007) sobre a importância de compreender a questão ambiental de forma ampliada. A complexidade ambiental sugerida por Leff é o elemento que sustenta o surgimento de uma racionalidade ambiental que articula os processos ecossistêmicos e as leis sociais e formas de organização cultural que regulam os processos produtivos e as condições de acesso e apropriação da natureza. Importante lembrar, contudo, que as condições econômicas e políticas, assim como as estratégias conceituais desenvolvidas, influenciam diretamente na formação do modelo de sustentabilidade. Isto implica dizer que as políticas ambientais não são neutras, mas influenciadas pelas condições ideológicas, políticas, institucionais e tecnológicas; pelo modo de ocupação do território; pela apropriação e divisão dos recursos naturais; pelo grau e forma de participação comunitária na gestão de suas atividades produtivas e de proteção ambiental.

Centrando a análise no caso das comunidades localizadas no interior de unidades de conservação de proteção integral, o dilema se constitui a partir do questionamento sobre a possibilidade da preocupação com a preservação da biodiversidade ultrapassar o foco centrado unicamente no meio ambiente, prezando também pelo equilíbrio das relações sociais e pelo desenvolvimento sustentável dos povos. Esse discurso se fundamenta na percepção de desenvolvimento sustentável como incluyente e sustentado, conforme afirma Sachs (2008). Para além da preservação, o reconhecimento do saber tradicional está intimamente condicionado pelo respeito aos princípios de justiça social. Esta lógica apoia-se na defesa de

uma articulação de saberes que fundamentará o desenvolvimento do manejo ecologicamente sustentável dos recursos naturais visando melhores condições de vida nas esferas social e ambiental (SACHS, 2008).

Contudo, as dinâmicas e práticas de vida destas populações não podem ser consideradas romanticamente como apoiadoras da preservação ambiental. Muitas delas, como já foi visto, causa impacto, tal como a colocação de fogo ou a criação de animais. Além das práticas tradicionais, as transformações do mundo rural impõe mudanças de antigos modos de vida, inserindo novos elementos que se contrapõe a uma perspectiva orgânica da relação homem e natureza, tal como tratores, agrotóxicos e fertilizantes, e a reivindicação pelos comunitários ao acesso a políticas públicas universais que, tal como energia elétrica, estradas e novas construções.

Configura-se então o dilema: como conciliar em uma unidade de conservação interesses ambientais e sociais? Existe a possibilidade de acordos? De que forma? Na busca de um maior aprofundamento destas questões, o presente artigo procurou oferecer alguns dados empíricos que indicaram relações de conflito e cooperação entre populações tradicionais e o Parque Nacional da Chapada Diamantina.

Referências Bibliográficas:

ARRUDA, Rinaldo. **Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação**. In: DIEGUES, Antônio Carlos. Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: Ed. Hucitec: São Paulo, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar. 2005.

BANDEIRA, Renato Luís. **A Guerra dos coronéis e os garimpos na Chapada Diamantina**. Salvador: Edição do autor, 2014.

BOURDIER, Pierre, CHAMBOREDON, Jean-Claude & PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRASIL, **DECRETO no. 6.040 (2007)**, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), datado de fevereiro de 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

CANDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Livraria duas cidades, 1982.

CHAYANOV, Alexander. **Teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas**. In:

CARVALHO, Horácio Martins de (org). *Chaianov e o campesinato*. São Paulo: Expressão popular, 2014.

CONVENÇÃO No. 169 (2011) sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011.

CREADO, Eliana; MENDES, Ana Beatriz; FERREIRA, Lúcia e CAMPOS, Simone. **Entre “tradicionais” e “modernos”: negociações de direitos em duas unidades de conservação da Amazônia brasileira**. In: *Revista Ambiente e Sociedade*, vol.11, n. 03, Campinas, 2008.

DIEGUES, Antônio Carlos.. **El mito moderno de la naturaleza intocada**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2005.

GUANAES, Senilde. **“Meu Quintal não é Parque!”: Populações Locais e Gestão Ambiental no Parque Nacional da Chapada Diamantina-BA**. Orientadora: Emilia Pietrafesa de Godoi. Campinas, SP: [s. n.], 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niteroi: EDUFF, 2002.

ICMBio (2007). **Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada Diamantina**. Palmeiras, Bahia, 2007.

IRVING, Marta; HORTA, Claudia e MELO, Gustavo. **Interpretando a gestão de parques nacionais na Amazônia pelo olhar local: PARNAS Montanhas do Tumucumanque e Cabo Orange em análise**. In. *Revista Floresta e Ambiente*, v. 14, n. 02,p. 01-13, 2007.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

MORIN, Edgar. **Saberes Globais e Saberes Locais: o olhar transdisciplinar**. Coleção Idéias Sustentáveis. Garamond, Rio de Janeiro, 2004.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2008.